

DECLARAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE INSPIRAÇÃO CRISTÃ E ORGANIZAÇÕES DE OUTRAS CRENÇAS, PARA A CONFERÊNCIA DE ALTO NÍVEL SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR MUNDIAL E OS DESAFÍOS DA MUDANÇA CLIMÁTICA E AS BIOENERGIAS.
(Roma) 3-5 de junho de 2008.

PREFÁCIO

1. À luz da mudança climática, da preocupação sobre a futura disponibilidade de energia, de um aumento sem precedentes do preço dos cereais e dos levantes por comida em muitas partes do mundo, os "sinais dos tempos" indicam a necessidade da Comunidade internacional agir com urgência.

Todas as tradições religiosas nos convidam tanto a alimentar o faminto, bem como ao cuidado de nosso ambiente e das incontáveis formas de vida. Como homens e mulheres de fé, reconhecemos sem exceções o imperativo moral, de mudar nosso estilo de vida de acordo com a capacidade de cuidar da terra e de seu clima. Nós também reconhecemos a necessidade de assegurar que as políticas promulgadas pelos representantes eleitos e pelas organizações internacionais pertinentes contribuam para uma melhoria da qualidade da vida de todo o ser humano, feito à imagem e semelhança de Deus, e para a sustentabilidade dos ecossistemas dos quais toda criatura viva depende.

Nós acreditamos que os desafios a serem endereçados nesta Conferência representam uma grande ocasião para construir uma sociedade humana nova, arraigada em nossa reverência afetuosa e gestão responsável por toda a Criação.

OS DIREITOS HUMANOS

2. Os subscritores desta declaração estão encorajados pela recente e oportuna solicitação do Conselho de Direitos Humanos da ONU (26 de março de 2008), para que o Escritório do Alto Comissário para os Direitos Humanos das Nações Unidas conduza um estudo consultivo, sobre a relação entre a mudança do clima e direitos humanos.

3. Nós compartilhamos da grande e crescente preocupação de que os objetivos das Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDM), cujo objetivo é o de reduzir à metade o número das pessoas que sofrem a fome, não será alcançado. Com o crescimento dos custos dos cereais básicos e o aumento da fome mundial, as orientações da Conferência de Alto Nível sobre Segurança Alimentar Mundial e os

Desafios da Mudança Climática e Bioenergias, serão muito importantes e mais avaliadas do que nunca.

4. A Comunidade Internacional e, particularmente, as comunidades que sofrem as conseqüências da escassez de comida, desejam não só ver uma maior solidariedade em programas para aliviar os efeitos imediatos da fome, mas elas também estarão ansiosas para que as causas de fundo (um sistema de comércio mundial injusto, problemas ambientais e sociais causados pela "revolução de verde", mudança de clima, práticas de agricultura insustentáveis, políticas de agro-combustíveis, especulação, desperdício, etc.) sejam enfrentadas eficazmente, assegurando assim, no futuro, a disponibilidade de um alimento cultivado de maneira sustentável para as necessidades básicas de cada pessoa - um futuro onde os contínuos impactos da mudança de clima sobre agro-ecossistemas apresentarão um desafio em longo prazo sem precedentes e duradouros. Nós compartilhamos as preocupações do Relator Especial no seu pedido de implementar o direito humano à alimentação e nós concordamos no fato de que somente um "método normativo" pode eliminar a fome gradualmente.

MUDANÇA CLIMÁTICA

5. Os abaixo-assinados endossam os resultados Do IV Relatório de Avaliação de Mudanças Climáticas (IPCC), que aponta como a mudança climática é induzida notavelmente pelo ser humano, causada principalmente por modelos insustentáveis de consumo dos países ricos, agora já mais extensivamente imitados pelos grupos de maior renda nos países do mundo em desenvolvimento.

TRANSGÊNICOS

6. As Comunidades locais devem ser envolvidas plenamente nas escolhas e decisões relativas à pesca, alimentação e políticas de terras. Nós defendemos a plena mobilização dos sistemas de conhecimento tradicionais, combinada com as opiniões da ciência moderna, e uma aproximação com muita precaução das plantas transgênicas e de técnicas de procriação de animais, a fim de salvaguardar a integridade da criação e o bem-estar das gerações presentes e futuras da família humana. Há um imperativo moral de saciar o faminto, mas não de usar a biotecnologia transgênica, quando alternativas menos contestadas e bem testadas podem dar resultados compatíveis a médio e longo prazo. Tudo aquilo que é tecnicamente possível, não é necessariamente bom para a pessoa ou a sociedade. De modo algum as patentes, tal como foram concebidas no acordo "[ACORDO SOBRE ASPECTOS DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL](#)" (TRIPS), restrinjam a livre troca de sementes por parte de agricultores e impeçam seus

melhoramentos. As Plantas, as sementes e os genes fazem parte da criação que não pode ser reivindicada através de direitos de propriedade intelectual.

DEREITO À ALIMENTAÇÃO, FORTALECIMENTO DAS COMUNIDADES LOCAIS E AS MULHERES

7. Defendemos métodos proativos inspirados na "soberania alimentar" e no "primário direito à alimentação", o questionamento da agricultura convencional ou da agricultura predominante, uma consolidação dos pequenos agricultores dos países em desenvolvimento, encorajando os mercados locais e regionais, com uma maior atenção em relação às bio-regiões. A FAO pode aumentar notavelmente seu trabalho, agregando o conhecimento tradicional e o científico, frente aos novos desafios propostos pela mudança climática. Esta Conferencia pode delinear as estratégias sustentáveis necessárias para gerar um "novo paradigma" que possa ser construído sobre a base das idéias defendidas pelas ONGs e pela sociedade civil nas últimas décadas, para conseguir uma segurança alimentar sustentável arraigada na valorização do potencial dos pequenos agricultores nos países em desenvolvimento. O acesso aos direitos de propriedade, à água e aos serviços energéticos, aos financiamentos e ao microcrédito são fundamentais para garantir a existência dos pequenos agricultores, em particular das mulheres.

Nós não podemos aceitar propostas que, impliquem nos países em via de desenvolvimento, a migração em direção às cidades de pelo menos um bilhão de pessoas, deixando prevalentemente a produção alimento nas mãos das grandes companhias agro-industriais. Insistimos na nossa mais profunda convicção de que as políticas para vencer a mudança climática e a fome devam respeitar e promover o bem estar da família rural e em particular das mulheres e, reconhecer o papel insubstituível das populações rurais na conservação do solo e dos ecossistemas rurais, das espécies e de sua relação com o conhecimento tradicional.

Recomendamos um empenho transversal pela plena implementação de justas políticas de gênero, já que em muitos países em desenvolvimento as mulheres são as que garantem a segurança alimentar. Além disso, as políticas de gênero devem ser implementadas coma ajuda internacional, tanto em curto prazo, como nas emergências humanitárias (alimento).

BIOCARBURANTES

8. Apoiamos a revisão que está realizando o Secretario Geral das Nações Unidas sobre a sustentabilidade da produção de biocarburantes. Antes de tratar de substituir a todo custo a oferta energética dos carburantes fósseis, os esforços devem se concentrar na reestruturação de nossa sociedade para usar menos

energia e recursos e uma aproximação igualmente aplicável às técnicas de produção de alimentos.

TRANSPORTE

9. Como alternativa ao desenvolvimento em grande escala dos biocarburantes, recomendamos políticas ousadas para reduzir a demanda de transporte, assim como passar o tráfego de passageiros para sistemas baseados em combustíveis não fósseis. A FAO deve continuar analisando os impactos econômicos, sociais e ambientais dos biocarburantes de 1ª e 2ª geração. As implicações negativas sobre a segurança alimentar e a biodiversidade de uma produção em grande escala dos biocarburantes, despertam uma onda de preocupação.

AGRICULTURA SUSTENTÁVEL E DESENVOLVIMENTO RURAL

10. Pedimos especial atenção contra as soluções a "curto prazo". Um enfoque claro, respeitando a integridade da criação, deve ser mantido na eliminação da pobreza e das estruturas sociais injustas, das causas das raízes da fome, através de uma aproximação com opções múltiplas. Encorajamos um modelo de agricultura e de desenvolvimento rural sustentáveis; uma crescente consciência pública da importância da agricultura familiar; o estudo do impacto dos biocarburantes sobre o meio ambiente; uma preocupação crescente em relação às indústrias de extração e ao indiscriminado e ineficiente emprego dos recursos com um impacto sumamente negativo sobre o meio ambiente e as condições locais. Neste contexto, nós notamos com grande interesse muitas das recomendações e análises da recente publicação da Avaliação Internacional da Ciência e Tecnologia Agrícola para o Desenvolvimento e compartilhamos a boa acolhida que foi dada por parte das organizações da sociedade civil.

FORMAÇÃO

11. A informação sozinha não provocará a necessária mudança de paradigma, se o desafio da mudança climática não for confrontado corretamente. Agricultores e consumidores precisam ser educados para avaliar o valor intrínseco da natureza como um presente de Deus, em lugar de considerá-la um "recurso a ser explorado". Uma atenção especial deveria ser prestada, à informação e à formação de mulheres, pelo fato de que elas não só são responsáveis pela nutrição doméstica, administração de ecossistemas locais e também da educação das gerações futuras. É necessário que as opções informadas do consumidor sobre a agricultura em pequena escala e sobre a produção alimentar local, façam parte da solução. Os programas educativos, em todos os níveis, mas especialmente para a juventude,

devem incluir a educação sobre os valores que promovem um estilo de vida simples e sobre os princípios da sustentabilidade e especialmente sobre como a economia humana depende absolutamente da economia da natureza.

POLÍTICAS: COERENCIA E IMPLEMENTAÇÃO

12. Solicitamos mais coerência entre os organismos internacionais da ONU e entre os que não são da ONU e a implementação transversal dos direitos humanos. A promulgação de Convenções para defender e promover os direitos humanos, especialmente do pobre, e a capacidade reverente e respeitosa de cuidar a terra, é em si insuficiente. Os organismos internacionais têm que ter certeza que os protocolos suplementares sejam assinados e implementados adequadamente com as leis e as políticas nacionais pertinentes. O controle internacional deveria garantir que estas leis sejam aplicadas.

PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

13. Convidamos para que essa Conferência lance um processo de discussão e de ação junto aos sujeitos interessados, um processo eficaz e de longa duração, em nível regional e internacional, no qual a sociedade civil, incluindo as organizações religiosas, desenvolverá plenamente seu papel. Estamos preocupados pelo fato de que voz da "sociedade civil", em particular a dos sujeitos interessados mais importantes, não parece estar suficientemente envolvida na preparação desta Conferência. Fomos informados de uma recente carta do Comitê Internacional de Planejamento das ONGs e OSCIPs para a Soberania Alimentar (CIP) para o Diretor Geral da FAO, na qual se declara que a FAO estava ignorando sua própria experiência de interação com as organizações da sociedade civil adquiridas nestes últimos 15 anos. Para as conferências futuras e para as ações que se seguirão delas, nós fazemos uma respeitosa petição por uma ampla consulta à sociedade civil no que concerne à preparação do programa e à participação da sociedade civil.

Roma, 24.04.08

As Organizações que queiram subscrever esta declaração podem mandar um correio eletrônico para o seguinte endereço: cingorome@gmail.com informando:

1. Nome da organização, endereço e telefone;
2. Nome e sobrenome da pessoa que assina e seu cargo na organização;
3. Indicar se a organização tem possui status de reconhecimento no ECOSOC e/ou outras Agências da ONU.

Obrigado!